

QUESTÕES DE CURRÍCULO - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Maria Zuleide da Costa Pereira
Rua Caetano de Figueiredo, 1905 - Cristo
CEP: 58.071-220 - João Pessoa - Paraíba - Brasil

envolvidos na construção de uma educação pública de qualidade, para analisarmos o

Resumo

O presente texto se propõe a repensar junto aos educadores que fazem a escola pública atual, o encaminhamento do currículo no cotidiano das práticas pedagógicas.

Falar de Currículo, no contexto educacional brasileiro, não se constitui tarefa das mais fáceis, mesmo considerando nossa experiência educacional na referida área, nos mais diversos níveis de ensino, devido sobretudo, ao encaminhamento que vem sendo dado pelos nossos governantes às políticas educacionais. Nesse sentido, nosso intento ao abordar as questões de currículo, passa necessariamente pelo compromisso que temos como educadora de levar os educadores que fazem a escola pública atual, refletirem conosco os rumos que estão sendo traçados para a educação brasileira, particularmente, nestas duas últimas décadas.

Considerando tais preocupações, preliminarmente abordaremos o entendimento que nós profissionais de educação temos acerca do significado de Currículo.

Posteriormente, faremos uma relação entre o modelo econômico que o Brasil vivencia e o tipo de educação que vem sendo proposto, bem como suas implicações para o campo do currículo. Finalizando, chamaremos a atenção dos companheiros para a necessidade que temos de iniciarmos os debates sobre o currículo que está sendo proposto para a escola atual, convocando todos os segmentos da sociedade que estão

currículo que temos, o currículo que queremos e, quais as possibilidades que vislumbramos para a concretização do currículo que desejamos.

Antes de iniciarmos qualquer abordagem acerca do significado de Currículo, gostaríamos de enfatizar que o mesmo se apresenta em cada fase histórica com características geradas no seu próprio interior, alicerçado sobretudo no encaminhamento que a sociedade dá aos seus aspectos econômico, político e social. Portanto, as concepções curriculares que permeiam cada uma destas fases implicam numa concepção de mundo, sociedade e homem, assumidas pelos sujeitos que detêm o poder na sociedade. Nesse sentido, o significado de currículo passa necessariamente pelas posições que esses sujeitos assumem na sociedade. Valendo salientar que, antes de qualquer comprometimento com questões técnicas de currículo, estes deveriam ter clareza do tipo de homem que querem formar e para qual tipo de sociedade.

Nesse entendimento, percebe-se que a definição de Currículo não se faz no vazio, nem deve ser posta como um dogma a ser seguido, mas, sua definição se encontra materializada no cotidiano da prática pedagógica manifesta em cada realidade histórica, a partir das posições assumidas e valores defendidos pelos seus sujeitos educativos. Ainda, ressaltamos que o currículo não deve mais ser compreendido apenas como um conjunto de métodos, técnicas e procedimentos, oriundos de uma visão racionalista que permeou o contexto educacional brasileiro,

nos fins da década de 60 e na década de 70, cuja finalidade maior era preparar o homem para atender as necessidades do mercado de trabalho.

Este tipo de currículo acrítico e meramente tecnicista, imposto por um modelo econômico de internacionalização do capital e por um regime ditatorial vivenciado no País de forma acentuada entre 64 e 79, trouxe graves conseqüências para o encaminhamento da prática pedagógica, sobretudo pela intervenção realizada de forma reguladora nas ações efetivadas no interior da escola, através do controle das ações dos docentes, ocasionando um proposital cerceamento da capacidade crítica e criativa de seus sujeitos. Portanto, não atende mais as necessidades da escola atual. No entanto, percebemos que este modelo parece estar presente no cotidiano de muitas de nossas escolas, pelas posições assumidas e valores defendidos por seus agentes educativos que sofrem ainda as conseqüências deste regime político, pela ausência de seu poder de contestação.

Considerando que estes fatos históricos fazem parte de nossa história, não queremos que eles se tornem motivo para nossa acomodação, mas, que seja de fato um chamado a participação, a luta constante por uma sociedade mais justa e democrática, onde o currículo se torne um mecanismo importante de concretização deste objetivo, e não um obstáculo.

Caminhando nesta perspectiva é que sentimos que nós educadores precisamos ter real clareza do significado do currículo, a fim de buscarmos alternativas coerentes para o encaminhamento da prática pedagógica necessária para a escola atual. Desta forma, não devemos pensar o currículo de hoje restrito apenas a grades curriculares, métodos e técnicas, visto que estaríamos resgatando seu enfoque racionalista e desconsiderando que o mesmo faz parte de uma realidade histórica.

Por outro lado, entender o significado de currículo como tudo o que acontece na escola, corre-se o risco de se assumir uma postura ingênua e conservadora, sobretudo, quando este currículo se apresenta desvinculado de sua historicidade, da especificidade e da organização da escola e da história de seus sujeitos (C. F. Veiga, 1991,79). A partir desta afirmativa ressaltamos que, tudo que acontece dentro e fora da escola pode se constituir currículo sim, se este “tudo” estiver relacionado em primeiro lugar com o objetivo primordial da escola - “ensinar” - Caso contrário vamos realmente entrar no jogo de faz de conta, nesta citação já conhecida de vocês “uns fingem que ensinam, outros fingem que aprendem”.

Portanto, entender o significado de currículo, numa perspectiva atual, é sair do campo meramente técnico e buscar um enfoque que esteja relacionado a uma concepção crítica, a qual vem guiada por questões sociológicas, políticas e epistemológicas, onde o currículo passe a ser entendido como um projeto político-pedagógico em permanente construção, respaldado sobretudo nas posições assumidas por todos os sujeitos que compõem os mais diversos segmentos da sociedade (organizações educacionais e sindicais, secretarias, etc).

Nesse sentido, iniciamos a segunda parte dessa nossa exposição, indagando: o que é modelo neoliberal e como se apresenta? Quais as suas implicações para a educação e, particularmente, para o Currículo? Em uma de suas análises, Moreira (1995), percebe este modelo associado às profundas transformações ocorridas nos processos produtivos, que ele chama de terceira Revolução Industrial, a qual vem “marcada por nova base tecnológica e novas modalidades de organização e gestão da produção, tendo em conseqüência levado à globalização do processo produtivo e do sistema financeiro e à formação dos grandes blocos

econômicos (p. 95). Isto significa, na nossa forma de entender, um rompimento das fronteiras econômicas entre as nações, as quais, hoje estão inseridas num processo de globalização e internacionalização da economia mundial.

As conseqüências deste modelo econômico para nosso País se mostram bastante desastrosas, uma vez que são asseguradas uma completa liberdade de ação do capital. Por outro lado, Frigotto afirma que, no plano ético, este fator “procura deixar que as leis do mercado regulem livre, e justamente, os interesses e as relações sociais” (Frigotto, apud Moreira, 1995,96). Isto, segundo o autor, só vai acontecer se for negado aos grupos majoritários o direito a uma vida digna. Fator este que já vem acontecendo no Brasil, mais precisamente desde o governo Collor e bastante acentuado no governo de Fernando Henrique Cardoso, onde as desigualdades sociais se apresentam de forma mais profunda e, são constatadas pelo desemprego, fome, miséria, analfabetismo, mortalidade infantil, barbárie, entre outras questões que estão fazendo parte deste modelo econômico como se fossem situações naturais.

Neste modelo, o ideário neoliberal tenta difundir a crença de que o público é ineficiente e o privado surge como sinônimo de eficiência, qualidade, produtividade e equidade. A partir desse ideário defende-se um Estado mínimo, ou seja, um Estado que interfira apenas o necessário para assegurar o processo de reprodução do capital (cf. Moreira: 1995, 96). Considerando tais pressupostos, vocês certamente indagam como se apresenta a educação e, sobretudo o currículo. Para Silva, na perspectiva neoliberal, a educação deve ser compreendida como parte de um projeto internacional mais amplo, visto que, “Numa era da globalização e internacionalização, esses projetos nacionais não podem ser compreendidos fora de sua dinâmica

internacional” (Silva, 1995, 14). O que está acontecendo, hoje, no Brasil, de forma tardia, ou seja, a imposição de um modelo econômico neoliberal, teve origem em países como Estados Unidos e Inglaterra, nos governos de Ronald Reagan e Margareth Thatcher.

Nesse sentido, a educação neste contexto neoliberal, começa a ser vista sob a ótica da ineficiência, sendo a culpa delegada aos administradores, professores, estudantes, resultante muito mais de uma má gestão dos recursos públicos, do que das políticas educacionais que, ao invés de priorizar as questões sociais e políticas, estão priorizando questões técnicas. Segundo Silva, “o que o discurso neoliberal em educação esconde é a natureza essencialmente política da configuração educacional existente” (Silva, 1995, 19).

A educação se apresenta improdutiva, não por culpa de gerência escolar, mas sobretudo, pelo conflito na presente crise fiscal, entre os propósitos mediatos de acumulação e propósito de legitimação. Silva coloca muito bem esta questão ao afirmar que “os governos estaduais não remuneram mal os professores apenas porque os governadores são ‘maus’ ou pouco iluminados, mas porque isso compete com os objetivos de financiamento - necessários ao processo de acumulação - mais imediatos”. (Silva, 1995, 20). Ainda outras questões referentes a esta concepção neoliberal são postas: As escolas privadas são mais eficientes que as públicas? No entanto, se esquecem de associarem tais desqualificações das escolas públicas aos verdadeiros fatores que as colocam neste estado, ou seja, não possuir recursos que deveriam, visto que “a população a quem serve está colocada numa posição subordinada em relação as relações dominantes do poder” (Silva, 1995, 20).

Neste quadro de mazelas, questões referentes à inadequação dos currículos

estão sendo postas continuamente. Fala-se da implantação de um currículo nacional e sistema nacional de avaliação que, na visão de Moreira, “representam importantes instrumentos de controle e regulação, indispensáveis à estratégia mais ampla pela luta por hegemonia” (Moreira, 1995, 58). Valendo salientar que, tão logo nosso presidente (Fernando Henrique Cardoso) assumiu, começou a ser veiculada com mais ênfase a idéia da implantação deste currículo e sistema de avaliação nacional, o qual não vem consubstanciada num propósito de melhoria da qualidade da educação da maioria do povo brasileiro, mas está diretamente relacionada às exigências de uma proposta neoliberal de educação, tal como nossos financiadores determinam. Ressalte-se que a mesma apresenta similaridades com a política curricular dos modelos americano e britânico

Ao nosso ver, a questão da implantação de um currículo e sistema de avaliação nacional surge muito mais como uma imposição do que uma necessidade. A educação brasileira, em seu estado agonizante, pede socorro, mas, com certeza esta idéia não é o melhor remédio para combater suas mazelas. Fala-se (Revista Nova Escola, 1995, Ano X, 83: 52-53) que a implantação desta proposta está prevista para 1996, e, que será definido a partir da criação de parâmetros curriculares, centrado em estratégias, objetivos, metodologias, conteúdos e formas de avaliar que, ao nosso ver, se caracterizam muito mais como um retrocesso aos avanços das concepções de currículo que estão agora presentes nos debates educacionais sobretudo aquelas que contemplam propostas mais críticas, construídas a partir da realidade histórica de seus sujeitos.

Então, os mecanismos que vêm sendo utilizados para a implantação deste

currículo e sistema nacional de avaliação nos reporta a vivenciar novamente a concepção tecnicista que permeou os currículos, sobretudo na década de 70. Seria, então, um neotecnismo fundado, sem dúvida, nos mesmos propósitos de outrora, ou seja, a exacerbação da técnica.

Destacamos que este encaminhamento proposto pelo Projeto Neoliberal de Educação ao Currículo nos chama atenção, sobretudo, pela autonomia que as escolas estão reivindicando para gerenciar seu projeto político-pedagógico. Considerando tais reivindicações, como é que devemos tratar estas questões, a fim de buscarmos alternativas que nos possibilitem caminhar na contramão, isto é, reivindicar mais autonomia para as escolas, para que possam construir suas propostas curriculares, ao invés de recebê-las prontas e, o que é mais grave, impostas pelos órgãos da Administração Central.

Embora esta questão pareça estar consumada e legitimada pela política neoliberal adotada pelos governantes, Moreira (1995), na busca de possíveis alternativas para combater o autoritarismo emanado pelas instâncias superiores, nos aponta a necessidade de contra-atacarmos as idéias neoliberais, sobretudo aquelas que vêm se efetivando no campo educacional através de Currículos impostos, uma vez que estas idéias “têm transformado nosso país no campeão mundial de injustiças, na terra dos massacres e abandonados pelo Estado” (Moreira, 1995, 106).

Por outro lado, enfatizamos como alternativa possível a necessidade de nos mobilizarmos enquanto classe de educadores e reivindicarmos, em caráter emergente, a construção de um projeto político-pedagógico para escolas públicas, o qual deverá ser pensado e construído com o envolvimento de todos que fazem estas escolas: sociedade política e sociedade civil.

Ressaltamos, ainda, que a construção deste Projeto Político-Pedagógico não se dá no vazio, mas se efetiva sobretudo pela vontade política daqueles que são os responsáveis pelos cargos de comando no campo da educação pública, considerando, para tanto, as reivindicações postas pela sociedade civil. Tais reivindicações se constituem em subsídios prioritários para se traçar e legitimar as diretrizes gerais do referido projeto, a fim de que se faça cumprir o direito essencial do cidadão, isto é, o direito a uma educação pública, gratuita e de qualidade.

Em síntese, chamamos a atenção dos nossos educadores para que, no cotidiano de suas escolas, lutem pela construção do currículo, entendido, sobretudo, como um projeto político-pedagógico que propicie aos seus sujeitos a emancipação dos mais diversos mecanismos de opressão, na tentativa de propiciar a estes grupos de menor vantagem na sociedade brasileira atual, condições mais digna de vida e justiça social, que são para nós, o passaporte imprescindível para garantir a cidadania que queremos, ou seja, direitos básicos de saúde, habitação, alimentação e educação.

Referências Bibliográficas

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. *O currículo construção coletiva do saber. Uma tentativa de explicitação*. In Educação e Realidade, Porto Alegre, 17(1) 59-63, jan/jun., 1992.

FREITAS, Jussara da Rocha. *Pressupostos Curriculares para uma Escola Cidadã*. In Luiz Heron da Silva e José Clóvis de Azevedo (orgs.). Paixão de Aprender II. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995. p. 245-252.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ/Secretaria do Estado da Educação (SEE/PR). *Construindo a Escola Cidadã*. 1992.

MOREIRA, Antonio Flávio B. *Neoliberalismo, Currículo Nacional e Avaliação*. In Reestruturação Curricular - Teoria e Prática no Cotidiano da Escola. Luiz Heron da Silva e José Clóvis de Azevedo (orgs.). Petrópolis/RJ: Vozes, 1995. p. 94-107.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *A "NOVA" direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia*. In Pablo A.A. Gentil e Tomaz Tadeu da Silva (orgs.). Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995. p. 11-25

SANTOS, Lucíola. *Um currículo para a escola cidadã*. In Luiz Heron da Silva e José Clóvis de Azevedo (orgs.). Paixão de Aprender II, Petrópolis/RJ: Vozes, 1995. p. 265-271.

VEIGA, Ilma Passos Alencar (org.). *Escola Fundamental: Currículo e Ensino*. Campinas/SP: Papirus, 1991.